

Uma pedagogia moral e do corpo: os manuais de educação moral e cívica e as atividades físicas esportivas durante a ditadura militar

Reginaldo Cerqueira Sousa¹

A ditadura militar, que vigorou entre os anos de 1964 e 1985 no Brasil, tem despertado, cada vez mais, o interesse de pesquisadores e estudiosos das diferentes áreas do conhecimento, particularmente entre sociólogos, cientistas políticos e historiadores. Observa-se esse fato nas abordagens sobre os modelos interpretativos daquele período, sobre o papel dos militares e suas contradições na condução do golpe e instauração do regime; sobre as relações entre a ditadura militar e a sociedade e sobre os indivíduos e os grupos sociais que, em diferentes frentes e modos de organização, se opuseram ao arbítrio e violência estabelecida pelo Estado.² Os estudos privilegiaram variantes interpretativas mescladas pelos fatores políticos, ideológicos e o modo pelo qual se portaram os indivíduos e as instituições sociais.

No que se refere especificamente à atuação dos militares, alguns estudos evidenciam as contradições existentes dentro da própria instituição militar e, nela, a presença de posições políticas e ideológicas divergentes (SOARES, G. A. D, 1994:9-51). Os conflitos presentes nesse segmento foram motivados pelas disputas de poder, pelo receio do esfacelamento da hierarquia militar e pelas divergências na escolha do modelo adequado para a melhor condução do país e do regime. Esta seria umas das explicações para a gradativa militarização do sistema estatal, para sua centralização e para os diferentes momentos de “repressão” e de “liberalização”, durante a ditadura.

Uma das vertentes explicativas tem a ideologia como variante interpretativa. Nela o enfoque das análises são os mecanismos políticos, ideológicos e sociais criados para se combater o comunismo e à sua inserção no cenário nacional (CODATO, 2004:11-36). O comunismo representava, segundo o discurso da época, obstáculo ao crescimento econômico

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

² Cf.: ROLLEMBERG, D.; DUADRAT, S. (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**: legitimade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (Brasil e América Latina, v.1); CORDEIRO, J. M. **Direitas em movimento**: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; CODATO, A. N. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 40, p. 11-36, jan./jun., 2004; RESENDE, M. J. de. **A ditadura militar**: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1985. Londrina: Ed. UEL, 2001.

do país e a degeneração dos valores morais cristãos da sociedade. Por esse motivo foi amplamente enfrentado pelos militares e por determinados segmentos sociais, especialmente aqueles mais conservadores.

Outra explicação sobre o golpe tem como ponto importante o comportamento da própria sociedade (CODATO; OLIVEIRA, 2004:271-302). A dinâmica social, o modo como os indivíduos se comportaram diante da ditadura militar, os conflitos e as tensões existentes no tecido social são elementos reveladores de como o regime se constituiu por meio de forças políticas divergentes entre si. Essa concepção abre uma chave de compreensão das formas de consentimentos durante o regime militar e perceber quais forças políticas foram atuantes no período. Visto dessa forma, vê-se que o envolvimento com um regime há uma relação, uma via de mão-dupla, baseado no jogo de interesses de ambas as partes que permite a obtenção de benefícios sejam eles materiais ou mesmo simbólico, como o prestígio político (GOMES, 2010:45-47). O que coloca uma questão acerca da responsabilidade dos indivíduos em relação a regimes políticos.

Essas observações alertam, mesmo considerando o grande número de pesquisas sobre a ditadura militar brasileira, para a necessidade de estudos que viabilizem a presença de diferentes olhares e críticas sobre o período e tema. Certamente existe um esforço, cada vez crescente, em elaborar indagações que suscitem outras reflexões e estudos capazes de lançar, ao mesmo tempo, outros *feixes de luz* para a compreensão desse período sombrio da recente história política brasileira. Entre estas, merece destaque as pesquisas e as análises de Maria Rita Kehl.

Para a autora, o silêncio existente em relação à tortura praticada durante a ditadura militar é um dos fatores que podem explicar a constante violência praticada na atualidade pelos militares e instituições do Estado (KEHL, 2010:123-132). A sensação de impunidade e o medo imperam e, ao mesmo tempo, impedem que atitudes e denúncias contra essas práticas sejam feitas. Resultado do projeto de anistia – o perdão sem reparação –, que desviou a atenção para a violência praticada durante o período. Isso foi perceptível na tímida preocupação e falta de interesse em relação à abertura dos arquivos da ditadura militar. Embasada na psicanálise, Kehl deixa claro que o silêncio em torno da questão induz ao esquecimento e acarreta em repetições.

A política do silêncio empurrou para fora da simbolização aquilo de ruim na história da sociedade. Seu enfrentamento passa pela significação das experiências limites, como a tortura, o que a autora demarca como trauma. Dizer o que não quer ser dito, permite maior compreensão pela sociedade. É a irreflexão diante do que ficou recalçado que faz com que a violência, inclusive aquela praticada pela polícia, seja aceita com naturalidade e vista, inclusive, como um mal necessário.

Tendo em vista estas observações sobre a ditadura militar, é preciso entender que outros estudos e análises podem ser desenvolvidos sobre o assunto e contribuir para a compreensão do mesmo, especialmente aqueles que despertem o senso crítico e a reflexão constante do nosso presente. Para isso, é preciso (re)pensar as teorias que nos orientam, e com as quais dialogamos, para perceber no passado aquilo que ele possui de singular e que nos dê a possibilidade de refletir nossa atualidade e estabelecer uma crítica de nós mesmos, daquilo que nos tornamos (FONSECA, 2009:239-250). Por isso consideramos importante se observar e levar consideração os estudos e a produção historiográfica que tende a olhar o papel desempenhado pelos sentimentos e pelas paixões no campo político. Essa produção visa tirar a concepção dicotômica que colocava em lados opostos sentimentos e razão (SEIXAS; BRESCIANI; BREPOHL, 2002:7-11). Sua relevância está no plano dado à produção de discursos, imagens e aos símbolos comoventes, estes como criadores e estimuladores de determinadas práticas sociais.

A partir dessas considerações, este trabalho pretende pensar e analisar, de forma breve, como se constituiu uma espécie de “pedagogia moral e do corpo” durante a ditadura militar brasileira viabilizado principalmente pela reestruturação do ensino, reformas, programas e projetos educacionais em fins dos anos de 1960 e durante a década de 1970. Deu-se, além de outros modos, por meio de manuais de educação moral e cívica e pela prática de atividades físicas e esportivas nas instituições de ensino. Tais projetos direcionavam-se a jovens estudantes objetivando a constituição de um ideário nacionalista – a manifestação do sentimento de amor à pátria. Além disso, uma educação moral associada também a atividades físicas, e voltadas a lazeres ativos, tentavam consolidar comportamentos sociais mais harmônicos e sintonizados com a nação. A higiene moral e do corpo significava também a saúde social e da nação.

“Brasileiro de verdade!” Título do livro didático de educação moral e cívica da rede de ensino de Curitiba, dirigido a estudantes entre 10 a 15 anos de idade, no início dos 1970. A capa do livro, com a imagem da bandeira do Brasil, ao fundo, completava-se com a representação de um jovem estudante cuja expressão não deixava transparecer qualquer tipo de infortúnio. A própria representação da felicidade! O livro divide-se em temas referentes à família, religião, valores e obrigações em relação à pátria. Cada um dos temas com atividades próprias sem exigir maiores esforços do aluno para serem resolvidas. Cabia a ele apenas preencher as lacunas com palavras-chaves – amor, família, Deus, pátria, trabalho, estudo, honra, entre outras – direcionadas pelo próprio professor, sem esquivar-se do material.

Numa dessas atividades encontramos uma linha do tempo na qual se representava a história de figuras ilustres do Brasil: homens honrados, fatos vitoriosos e conquistas dos brasileiros. A parte referente ao ano de 1964, momento do golpe aplicado pelos militares, trazia a seguinte informação: “31-3-1964 – Governo da Revolução é instituído pelas Forças Armadas para preservar a Democracia.”³ Ponto de vista defendido pelos militares para justificar a aplicação do golpe e instituir o regime ditatorial. Aqui a ameaça à ordem era comunismo. Combatê-lo e eliminar sua inserção no cenário nacional tornara-se o objetivo a ser almejado pelos militares. O “perigo vermelho” era considerado obstáculo ao crescimento econômico do país e estava em desacordo com os valores morais e cristãos da sociedade.

O combate ao comunismo no início dos anos de 1960 foi a conjuntura propícia para as “Marchas da Família com Deus Pela Liberdade”, atos públicos organizados pelos setores católicos da classe média urbana, apoiados por políticos conservadores e por uma parcela empresarial. Reuniu milhares de pessoas que, com o terço nas mãos, mostraram-se contra a política populista do governo e, apegando-se aos valores cristãos, apresentaram-se como “salvadoras” da democracia. O apelo ao anticomunismo e à visão otimista quanto ao desenvolvimento, e ao capital estrangeiro, era justificado pela perspectiva de superação do

³Autoria da professora Marilza Martins Baptista de Deus. O livro foi publicado e produzido pela prefeitura de Curitiba e utilizado na rede de ensino público da capital paranaense, no início dos anos de 1970. Inseriu-se dentro da reforma educacional oficializada pela Lei 5692/71. A lei estruturou o ensino de primeiro e segundo grau modificando a grade curricular, por exemplo, com a inserção da disciplina de educação moral e cívica.

atraso e pelo enfrentamento dos opositores. Tal visão reforçava, especialmente entre os jovens estudantes, a ideia dos militares como redentores do Brasil.⁴

O discurso da desordem social disseminou-se como justificativa ao golpe, ao mesmo tempo em que deixou expresso quais eram os inimigos em potencial do país. Entre eles, não somente o comunismo, mas o que impedia os indivíduos de se ocuparem com questões úteis como o trabalho e os estudos. Mais tarde, nos anos de 1970, contexto dos projetos de integração nacional e desenvolvimento do país, a necessidade por parte do governo de se criar mão de obra capacitada, atrelava o discurso do ensino técnico ao do trabalho.



Figura 1: Estudo dirigido de Educação Moral e Cívica. Primeiro Grau. Volume I. São Paulo: Ática, 1979.

Na figura, retirada de um dos livros utilizados na rede pública de ensino, é notória a interligação entre projetos político-econômicos e educação para o trabalho, que se limitava somente a isso. Em razão disso, nos manuais de educação moral e cívica, as imagens e palavras compunham a trama narrativa deixando inseparáveis o sentimento de felicidade e as noções de trabalho e progresso. Nesse caso, o indivíduo sentia-se responsável pelo crescimento e desenvolvimento do país. Não somente conseguir mão de obra para o trabalho, mas criar e estimular comportamentos sociais capazes de eliminar os vícios que davam a ideia de degeneração da nação. Para tanto, a importância em investir nas ações voltadas especialmente para alunos mais jovens. Esses elementos constituíram uma espécie de higiene moral, uma pedagogia moral, na qual os valores referentes à família, à pátria e ao catolicismo

⁴Essa perspectiva ainda se presencia na educação de jovens dos colégios militares. Ver: Notícias – A história ensinada às crianças e adolescentes dos colégios militares. ANPUH – Associação Nacional de História. www.anpuh.org/informativo/view?ID_I Acesso:02/07/2011.

formariam a base do caráter dos alunos. As atividades nas instituições de ensino almejavam bons cidadãos, obedientes e respeitadores da ordem.



Figura 2: Estudo dirigido de Educação Moral e Cívica. Primeiro Grau. Volume I. São Paulo: Ática, 1979.

Esse exemplo, de uma maneira atrativa para o aluno, mostra como o jovem estudante deveria comportar-se. Embora colocado diante de duas possibilidades, ficava claro qual delas ele deveria optar. A partir daí, era orientado a classificar os valores que os conduziria ao caminho da felicidade e, do mesmo modo, eliminar aqueles que os desvirtuava do bom caminho. Gradativamente, o aluno confrontava-se com hábitos comportamentais adequados para a convivência tanto no espaço das instituições de ensino, quanto no da família para e da sociedade. Condutas como respeito às leis, obediência à família, à religião eram recorrentes nas atividades realizadas em sala de aula em oposição à preguiça, à desobediência, por exemplo. A lógica era que, pela repetição diária dessas atividades, o estudante pudesse eliminar os maus hábitos e fortalecer as virtudes consideradas importantes para a convivência social.

Esse aspecto incluía-se dentro do contexto de reestruturação do sistema de educacional, nos anos de 1960 e 1970, em que se associava educação e desenvolvimento. As propostas curriculares derivadas dessa dinâmica não podem ser vistas foram de um processo cultural e de relações de forças que se chocaram no período (MARTINS, 2005:17-28). Por esse motivo, a educação pode ser vista não somente como um sistema de difusão da doutrina e do imaginário militar, era meio em que comportamentos eram tecidos e constituídos. O combate aos vícios, por exemplo, pretendidos pela pedagogia moral, costurava também uma valorização do trabalho e o mesmo deveria estender-se aos propósitos nacionais. Se o

estudante conseguisse viabilizar isso na instituição de ensino logo ele viveria isso fora dos muros da escola.

A responsabilidade que envolvia os indivíduos, os alunos, a questões de interesses mais amplos, colocava em xeque interesses pessoais, ou a felicidade pessoal, em nome de um projeto maior, a nação. A desobediência era um risco. Ao enfatizar em tais práticas, os manuais de educação moral e cívica objetivavam não somente uma higiene moral. A pedagogia moral era uma pedagogia do corpo. Criar efeitos disciplinadores e fazer desses corpos parte da nação. Um corpo sadio também significa uma nação sadia e produtiva. No Brasil isso, durante a ditadura militar, isso não constituiu uma novidade. No período Vargas a prática de valorização do trabalho associado ao disciplinamento do corpo também foi algo recorrente nos programas e propagandas do Estado Novo (CAPELATO, 2009).

Na década de 1970, observamos uma valorização das atividades físicas, especialmente no interior das instituições de ensino, por meio da prática de esporte e da educação física. Não desejamos aqui fazer um estudo aprofundado sobre esse tema, mas sim fazer alguns apontamentos sobre como essa prática estava ligada a uma noção de higiene moral e do corpo, ao mesmo tempo em que se integrava ao desejo de harmonização social e de integração nacional, veiculado pelos militares.

Michel Foucault já havia nos mostrado em seus estudos, que desde o século XVIII, um conjunto de saberes sobre o corpo havia se constituído. Eles atuaram, em diferentes modos, controlando o corpo, examinando-o, disciplinando-o a partir de técnicas e instituições como escola, prisão, hospital, entre outras, gerenciado o modo como os indivíduos comportavam-se e expressavam seus desejos e sentimentos. Isso se deu no campo das relações de poder, não o poder entendido como bloco monolítico exercido unicamente pelo Estado, mas, como pontuou o filósofo francês, o poder constituído na sua dimensão capilar (FOUCAULT, 1979:179-191).

Em outros dos seus estudos, Foucault demonstra como, a partir do século XIX, o gerenciamento desses corpos, o seu disciplinamento, torna-se depois uma preocupação política que se volta para a população. Controlar grupos humanos, gerenciar seu espaço de atuação, sua natalidade e mortalidade, constituiu outra forma de poder. Ele se apossou da vida

constituindo-a como bem administrável, ao mesmo tempo em também poderia gerar seu próprio aniquilamento.⁵

Carmem Lúcia Soares nos chama atenção, em seu trabalho, como a ginástica, gradativamente, tornou-se meio para se constituir códigos de civilidade e uma educação dos gestos e do corpo, na França do século XIX (SOARES, 2005). Comprovada cientificamente, a ginástica teria como propósito eliminar os excessos do corpo, criar gestos harmônicos e institucionalizar os gestos do corpo. Para isso, era necessário o uso de técnicas especiais que pudessem controlar e fazer uso da força física. A técnica, a precisão e a beleza dos gestos revelavam um caráter moral. Sua inserção deu-se no momento de desenvolvimento do capitalismo e da burguesia e ligou-se a questões relacionadas à saúde e à higiene. As atividades físicas deveriam ser exploradas porque ensinariam a seus praticantes o modo de atuação na própria sociedade.

Em outro artigo a autora, a partir do diálogo com o pensamento de Michel Foucault, elabora um a análise sobre as pedagogias contemporâneas que se apossam dos indivíduos normalizando-os e controlando seus desejos (SOARES, 2009:63-81). Isso se manifesta, por exemplo, na busca da saúde e na valorização de corpos ativos e perfeitos. Para ela, a mudança deu-se com o desaparecimento do divertimento e o surgimento do lazer ativo, divulgado pelos meios de comunicação, legitimado pela ideologia médica, que garante um caráter de cientificidade. Desse modo, há a proliferação nas propagandas de corpos ideais, programas que se dedicam a controlar o corpo e o seu peso, a prática constante de exercícios físicos modulam e procuram tirar o máximo do corpo.

Se pensarmos o Brasil durante o regime militar, veremos que essa forma de gerenciamento dos indivíduos, a partir de uma pedagogia moral e do corpo, presenciou-se de forma elaborada dentro das instituições de ensino a partir da constituição da prática de educação física. A intenção era fazer da atividade física, e também do esporte, um elemento parte do cotidiano. Dessa maneira, canalizar as energias para evitar a crítica ou questionamento ao regime, propiciar uma educação para o trabalho e competitividade, reforçar

⁵ Ver: FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Volume 1. São Paulo: Graal, 2010. Sobre esse assunto, ver também: DUARTE, A. **Vidas em risco**: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

a prática do disciplinamento e associar equilíbrio social e saúde social (VIEIRA, 2009:387-414). Governar o corpo, educar seus gestos e palavras, significava governar a sociedade.

Para isso os militares buscaram num suposto ideal de democracia sua pretensão de legitimidade. A ancoragem desse sistema de valores, como vimos, estava nos ideais de ordem, de preservação da família e de saneamento moral. A lógica era o seu reforço em todo o tecido social (RESENDE, 2001:36-37). O plano de ação psicológica elaborado pelos militares da Escola Superior de Guerra (ESG) buscava adesão e reconhecimento junto a todos os níveis da sociedade, especialmente naqueles onde não existia a guarnição militar. Eram orientados pela perspectiva da segurança nacional enquanto fundamento necessário para uma sociedade harmônica. A atitude e o comportamento dos indivíduos em todos os âmbitos da vida social deveriam ser controlados e gerenciados, em um primeiro momento, para o enfrentamento da ameaça comunista no Brasil e, em seguida, para produtividade.

Nas instituições de ensino, essa visão era orientada pelo modelo de vida saudável e ativa era conquistado pelas atividades físicas e esportivas. A escola, como espaço de sociabilidade, de constituição de comportamentos e de saberes, situava-se como ambiente ideal para a prática de atividades físicas e esportivas não somente porque atingia um número significativo de jovens, mas porque esse espaço permitia a criação de um sentimento de pertencimento à pátria, uma paixão pela cultura do corpo e uma energia produtiva. As diferentes modalidades de atividades esportivas praticadas nas instituições de ensino reforçavam os laços de sociabilidades, revelavam talentos para representar o Brasil em competições esportivas e, pelo discurso do esporte, a intenção era evitar o apego aos vícios e ensinar a superar obstáculos.

Essa capacidade física era obtida pelos constantes treinamentos realizados dentro e fora dos espaços escolar. Essas atividades propiciava um maior aproveitamento do tempo dos indivíduos e, em cada um deles, enfatizava-se a ideia de superação dos próprios limites do corpo. As atividades físicas e esportivas, de caráter competitivo, realizavam-se primeiro no interior das instituições de ensino e almejavam, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento do estudante detectando o tipo de atividade física e esportiva adequado para cada jovem. Em seguida eram realizados competições e eventos interescolares, chamados de jogos estudantis. Em tais eventos reforçavam-se o disciplinamento e a competitividade, e a ensinar a

reconhecer a superioridade de outrem. Sobre outros objetivos dessas atividades veremos mais adiante.

Estimular à adesão ao gosto pelas atividades físicas era o que almejavam as políticas da ditadura militar. Isso se tornou mais evidente a partir do início dos anos de 1970, quando um conjunto de projetos, programas educacionais voltados à prática de atividades físicas passaram a fazer parte das instituições de ensino, com mais rigor e técnicas pedagogicamente gerenciadas. Um exemplo interessante desse tipo de ação pode-se observar nas atividades relacionadas à ginástica. Fortalecer a musculatura, aprimorar os cuidados com os gestos e o comportamento denotavam uma preocupação, para além do ideal de desenvolvimento, em reforçar os vínculos com as atividades corporais e ideário militar.

Além de possuir um comportamento adequado que respeitasse todos os valores morais veiculados à moral cristã e ao patriotismo, o jovem estudante internalizar isso no seu corpo. Força, competição e determinação eram requisitos valorizados nas atividades planejadas em cada aula ministrada pelos professores de educação física. Tais atividades estavam conectadas aquelas praticadas em sala, com as aulas de educação moral é cívica, como vimos anteriormente.

No que se refere aos jogos e competições estudantis, é preciso lembrar que alguns eram realizados em diferentes lugares e espaços aglutinando um número significativo de alunos representantes das diferentes instituições de ensino. Nesses eventos, o que se pode notar é que havia um interesse em integrar os estudantes e em descobrir novos talentos esportivos e atletas para o Brasil. Mas para além dessa perspectiva, o projeto de integração nacional elaborado pelos militares deseja integrar todas as esferas da sociedade. Isso se deu, por exemplo, pelo investimento econômico, com abertura de rodovias pelo país e, no âmbito da cultura, pelo apoio a manifestações culturais populares, o que permitiu a criação das Casas da Cultura por todo o país. Em relação às atividades físicas, isso se deveria fazer presente pela integração por meio do esporte. E os momentos competitivos entre os alunos eram compatíveis a esse propósito.

Esses objetivos políticos, ligados ao desenvolvimento e ao trabalho, não se dissociava de uma retórica voltada à saúde. A constituição de corpos saudáveis, fortes, capazes de enfrentar diferentes obstáculos, disciplinados e moralmente educados, dava a ideia também de uma nação saudável, sem a presença de conflitos. A higiene moral, a saúde do

corpo eram os aspectos de um corpo social saudável moralmente constituído. Para isso, os jovens alunos expressavam e simbolizavam em seus corpos, por médio dos desfiles cívicos, competições esportivas e atividades físicas, toda uma esfera política que se apossava dos corpos.

As campanhas governamentais voltadas aos lazeres ativos, com a dinamização da prática esportiva, não se restringiu somente às instituições de ensino. Campanhas como Esporte para *Todos* e *Mexa-se*, foi difundida nos diferentes setores da sociedade. Uma vida ativa, a partir de uma ocupação sadia expressava padrões de normalidades, estas manifestadas em práticas sociais cotidianas (SOARES, 2009:71). No caso dos estudantes, algo fortemente utilizado, como vimos em relação à associação entre o sentimento de felicidade, trabalho e progresso, era a concepção, integradas a essas ações, da importância da íntima ligação entre o estudo e as atividades físicas e esportivas. Nesse caso, o aluno deveria ser tão bom num quanto no outro. Isso quer dizer que os indivíduos, bons para o trabalho, bons para as atividades físicas, tornavam-se, efetivamente bons cidadãos, inclusive. Ações interligadas que garantia a boa conduta tanto no espaço educacional quanto naqueles fora das instituições de ensino. A lógica do trabalho, progresso, felicidade individual e da nação, corpo ativo e higiene moram estavam presentes na vida do indivíduo da escola à sua vida na sociedade.



Figura 9: Fotografia Prof. Vilson Trein. 1974. Atividades 1969-1976 – Educação Física. 1 álbum (150 fotos).

Esse exemplo ilustra como essas práticas estavam presentes no tecido social e acompanhavam todo o desenvolvimento e formação do estudante. Do primeiro ao segundo grau, até à universidade, essa lógica, em diferentes modalidades, constituíam-se em práticas sociais e comportamentos adequados denotando como os corpos dos indivíduos eram objetos do cuidado. Seu bom gerenciamento, a pedagogia moral aplicada criava efeitos de

disciplinamentos sobre seus desejos, atrelando os mesmos aos mesmos propósitos nacionais. Dessa maneira, o jovem indivíduo sentia-se parte integrante desse grande corpo social, a nação.

O que podemos concluir de todas essas questões? A primeira delas é que é preciso entender a complexidade desse momento ditatorial no Brasil. Diferentes elementos e jogos de poder aí estiveram relacionados, quase sempre em conflito. Outra questão, é que as práticas sociais que associavam e interligavam noções de trabalho, higiene moral e do corpo não estavam distanciadas uma da outra. Isso deveria fazer-se presente tanto no corpo do indivíduo, como na sua responsabilidade em relação a seu país.

A internalização dos sentimentos e valores morais favorecia um comportamento dócil frente à sociedade. O suposto ideal de democracia defendido pelos militares: a defesa da família, a noção de ordem, o saneamento moral e a segurança nacional diluíam-se na ideia de comunhão desses anseios em toda a sociedade. Outro elemento ainda, o corpo não pode ser pensado fora da esfera pública, carregado de uma dimensão política. Os aspectos que rodeia seu cuidado, o uso de suas potencialidades, de sua higiene moral e física, se constituem por meio de relações de poder e de força. Tendem a moldá-lo seguindo regras e normalizações. Ter consciência dessa dimensão pode nos possibilitar a invenção de outras práticas que nos ajude a buscar rotas e caminhos para experimentar outras formas de viver. Esse é o desafio cotidiano colocado a cada um de nós.

BIBLIOGRAFIA

CAPELATO, M. H. R. **Multidões em cena:** propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: UNESP, 2009.

CODATO, A. N. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 40, p. 11-36, jan./jun., 2004.

CODATO, A. N.; OLIVEIRA, M. R. de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

CORDEIRO, J. M. **Direitas em movimento:** a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

- DUARTE, A. **Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FONSECA, M. A. da. Max Weber, Michel Foucault e a história. In: RAGO, M; VEIGA-NETO, A. (Orgs.). **Para uma vida não-fascista.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber.** Volume 1. São Paulo: Graal, 2010.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GOMES, A. de C. Cultura política e cultura histórica. In: ABREU, M.; SOIHET, R.; GONTIJO, R. **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.
- KEHL, M. R. Tortura e sintoma social. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Orgs.) **O que resta da ditadura.** São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARTINS, M. do C. Currículo, cultura e ideologia na ditadura militar brasileira: demarcação do espaço e do professor. In: CERRI, L. F. (Org.). **O ensino de história e a ditadura militar.** Curitiba: Aos quatro ventos, 2005.
- NAPOLITANO, M. “Vencer Satã só com orações”: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimade, consenso e consentimento no século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (Brasil e América Latina, v.1).
- NAPOLITANO, M. A arte engajada e seus públicos (1955/1968). **Estudos históricos.** Rio de Janeiro, n. 28, p. 103-124, 2001.
- PASSOS, I. C. F. Situando a analítica do poder em Michel Foucault. In: _____. **Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- RESENDE, M. J. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984.** Londrina-PR: UEL, 20001.
- ROLLEMBERG, D.; DUADRAT, S. (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimade, consenso e consentimento no século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (Brasil e América Latina, v.1).
- SEIXAS, J. A.; BRESCIANI, M. S. BREPHOL, M. (Orgs.). **Razão e paixão na política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- SILVA, F. C. T. da. A modernização autoritária: do golpe à redemocratização (1964/1984). In: LINHARES, M. Y. L. (Org.). **História geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- SOARES, C. L. Escultura da carne: o bem-estar e as pedagogias totalitárias do corpo. In: RAGO, M; VEIGA-NETO, A. (Orgs.). **Para uma vida não-fascista.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- SOARES, C. L. **Imagens da educação no corpo: estudos da ginástica francesa no século XIX.** Campinas: Autores associados, 2005.

SOARES, G. A. D.; D'ARAÚJO, M. C. (Orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

VIEIRA, M. A. T. de. O esporte brasileiro em tempos de exceção; sob a égide da ditadura militar (1964-1985). In: PRIORE, M. DEL. MELO, V. A. de. (Orgs.). **História dos esportes no Brasil: do império aos dias atuais**. São Paulo: UNESP, 2009.